



O Nosso Interesse Comun

O Relatório da Comissão para África

Sumário Executivo

A pobreza de África e a sua estagnação são as maiores tragédias dos nossos tempos. Pobreza nesta proporção requer uma resposta de força. E África - a nível de país, região e continente - está a criar pilares mais fortes para resolver os seus problemas. Os anos recentes testemunharam melhorias no crescimento económico e na governação. Mas a África precisa de mais nestas áreas se quiser estabelecer uma investida séria contra a pobreza. Para tal é necessário uma parceria entre África e os países desenvolvidos que reconhece amplamente a diversidade de África e as suas circunstâncias particulares.

Por seu turno, a África deve acelerar as reformas. E o mundo desenvolvido deve aumentar e melhorar a sua ajuda, e deixar de fazer coisas que impeçam o progresso de África. O mundo desenvolvido tem um dever moral - assim como um motivo forte de interesse próprio - para assistir a África. Acreditamos que agora é tempo em que um maior apoio externo pode ter maior impacto e é um momento vital para o mundo apoiar os esforços de África.

As acções propostas pela Comissão constitui um pacote coerente para África. Os problemas tratados estão interligados. São círculos viciosos que se interligam um ao outro. Devem ser atacados juntos. Para fazer isso a África requer um "grande impulso" compreensivo em várias frentes simultaneamente. Parceiros deverão trabalhar juntos para implementar este pacote com responsabilidade, perseverança e rapidez, cada um focalizando em como poderão dar a contribuição mais efectiva.

Tornar os Sistemas Certos: Governança e Desenvolvimento Institucional

A história de África nos últimos cinquenta anos tem sido atingida por duas áreas de fraquezas. Sendo capacidade - a habilidade de projectar e implementar políticas; e responsabilidade - como um estado responde ao seu povo. Melhorias nas duas áreas é primeiramente da responsabilidade dos países e povos Africanos. Mas as acções por parte dos países ricos é igualmente essencial.

Desenvolvimento institucional requer tempo e engajamento. A fraca capacidade é uma questão de sistemas e incentivos fracos, fraca informação, incapacidade técnica, pessoal não qualificado e falta de dinheiro. Recomendamos que os doadores façam um maior investimento para melhorar a capacidade de África, começando com o seu sistema de ensino superior, particularmente em ciências e tecnologia. Devem ajudar a edificar sistemas e pessoal nos governos local e nacional, mas também nas organizações pan-africanas e regionais, particularmente a União Africana e o seu programa da NEPAD. Os doadores deverão mudar o seu comportamento e apoiar as prioridades nacionais dos governos africanos ao invés de permitir que os seus próprios procedimentos e entusiasmos especiais para inviabilizar o desenvolvimento institucional do país.

Melhorar a responsabilidade é missão dos líderes Africanos. Eles podem fazer isso através do alargamento da participação do povo no processo de governação, em parte pelo reforço das instituições como parlamento, autoridades locais, sindicatos, sistema judicial e a media. Os doadores podem ajudar nesta questão. Também podem ajudar a construir um processo de orçamento responsável para que o povo de África possa acompanhar como o dinheiro tem sido obtido e para onde é que vai. Este tipo de transparência pode ajudar a combater a corrupção, que os governos africanos devem eliminar. As nações desenvolvidas devem igualmente ajudar nisto. O dinheiro e propriedades roubadas ao povo de África por líderes corruptos devem ser repatriados. Bancos estrangeiros devem ser obrigados pela lei a informar de contas suspeitas. Aqueles que fazem subornos também deverão ser responsabilizados; e companhias estrangeiras envolvidas em petróleo, minerais e outras indústrias extractivas devem fazer os seus pagamentos muito mais abertas ao escrutínio público. As empresas que praticam suborno deverão ser recusadas créditos de exportação.

Sem progresso na governação, todas outras reformas terão um impacto limitado.

A Necessidade da Paz e Segurança

O maior quebra da governação é a guerra. África experimentou mais conflitos violentos do que qualquer outro continente nas últimas quatro décadas. Nos últimos anos as coisas melhoraram em muitos países, mas em outros lugares violentos conflitos constituem ainda o maior obstáculo para o desenvolvimento. Investir no desenvolvimento é investir na paz.

A forma mais efectiva para resolver conflito - para salvar vidas e dinheiro - é edificar a capacidade das sociedades e estados africanos para prevenir e gerir conflito. Significa fazer melhor uso da ajuda para combater as causas de conflito. Significa melhorar a gestão das rendas governamentais dos recursos naturais e acordos internacionais sobre como controlar "recursos de conflitos" que incentivam ou financiam as hostilidades. Significa controlar o comércio de armas de pequeno porte.

Organizações regionais Africanas e a ONU podem ajudar a prevenir e resolver conflitos quando as tensões não podem ser geridas a nível nacional, através, por exemplo, de efectivos avisos antecipados, mediação e manutenção de Paz. Doadores podem apoiar através da concessão de financiamento flexível a União Africana e as organizações regionais do continente; e apoiar a criação de uma Comissão de Manutenção de Paz das Nações Unidas. A coordenação e financiamento da edificação de paz e desenvolvimento no pós - conflito deve ser melhorado para prevenir que os estados emergindo de violentos conflitos tenham nova recaída para o conflito.

Não excluir ninguém: Investindo nas Pessoas

A pobreza é precisamente mais do que à falta de objectos materiais. Os pobres são excluídos das decisões a serem tomadas e dos serviços básicos que o estado deve proporcionar. Escolas e clínicas devem estar disponíveis às pessoas mais pobres em África. Trata-se de uma questão urgente de direitos humanos básicos e de justiça social. Porém, também faz bom senso económico: uma força de trabalho saudável e qualificada é mais produtiva, cumprindo o seu potencial com dignidade. Investir no crescimento económico significa reconstruir os sistemas de saúde e educação em África, muitos dos quais estão à beira do colapso. Isto requer maior financiamento, mas, não é apenas uma questão de recursos. É também uma questão de implementação e resultados. Estas serão vigorosamente fortificadas quando as comunidades locais estiverem envolvidas nas decisões que as afectam.

Financiar convenientemente o compromisso da comunidade internacional que visa o acesso à Educação para Todos, providenciar a todos, as raparigas e rapazes da África Sub-sahariana acesso à educação básica para equipá-los com habilidades adequadas para a África contemporânea. Educação secundária, superior e profissional, ensino de adulto, e a formação de professores também devem ser apoiadas num sistema de educação global equilibrado. Os doadores devem financiar o que é preciso a fim de fazerem chegar as suas promessas – incluindo o custo de abolição das propinas no ensino primário.

A eliminação das doenças evitáveis em África dependem acima de tudo da reconstrução de sistemas para proporcionar serviços públicos de saúde, no sentido de atacar as doenças com TB e malária de maneira eficaz. Isto implicará maior investimento no pessoal, formação, o desenvolvimento de novos fármacos, melhores serviços de saúde reprodutiva e sexual e a abolição do dinheiro pago pelos pacientes, até que os países possam

financiar. Financiamento para fornecimento de água e saneamento deve ser imediatamente acrescido, alterando por completo os anos de declínio.

Deve ser dada uma prioridade máxima aumentar proporcionalmente os serviços necessários ao tratamento da pandemia do VIH e SIDA, que está a dizimar mais pessoas em África do que em qualquer parte no mundo. Todavia, isto deve ser feito através dos sistemas existentes, em vez de novos sistemas paralelos. Os governos também devem ser apoiados para que protejam os órfãos e crianças vulneráveis, assim como outros grupos, que de outro modo seriam excluídos. Quase metade da ajuda extra que estamos a recomendar deve ser gasta na saúde, educação e a luta contra o VIH e SIDA.

A Caminho do Crescimento e Redução da Pobreza

A África é pobre, em virtude de a sua economia não ter crescido. Os sectores público e privado precisam trabalhar juntos para criarem um clima que permita a força empresarial dos Africanos, gerar emprego e encorajar entidades privadas e firmas, quer domésticas quer estrangeiras para investirem. Mudanças na governação são necessárias para tornar o ambiente de investimento mais forte. O mundo desenvolvido deve apoiar o programa da NEPAD da União Africana para construir parcerias público-privadas por forma a criar um clima mais forte para crescimento, investimento e empregos.

O crescimento necessitará também de um investimento maciço na infra-estrutura para quebrar as barreiras internas que impedem o progresso da África. Os doadores devem financiar o dobro de investimentos em infra-estruturas - das estradas rurais e irrigação de pequena escala até estradas regionais, caminhos de ferro, maiores projectos de fornecimento de energia e de Tecnologias de Informática e Comunicações (ICT). Este investimento deve incluir tanto o desenvolvimento rural como o melhoramento dos bairros urbanos miseráveis, sem os quais os pobres em África não estarão capazes de participar do crescimento. E as políticas para o crescimento devem activamente incluir - e tomar cuidado para não excluir - os grupos mais pobres. De igual modo, deve haver particular ênfase sobre a agricultura e sobre a ajuda às pequenas empresas, com particular atenção às mulheres e jovens. Para que o crescimento seja sustentável, salvaguardando o meio ambiente e resolver os riscos de mudança climática devem ser integral aos programas de doadores e de governos. Este programa para o crescimento representa um terço do total dos recursos adicionais que propomos.

Mais Comércio e Comércio Mais Justo

Quanto ao comércio, a África enfrenta dois maiores constrangimentos. Não produz bens suficientes, de boa qualidade ou preço, para facilitar a sua entrada aos mercados mundiais. E enfrenta barreiras comerciais indefensáveis que directa ou indirectamente lançam imposto sobre os seus bens à medida que entram aos mercados dos países desenvolvidos.

Para aperfeiçoarem a sua capacidade de negócio, a África deve fazer mudanças internas. Deve aperfeiçoar as suas infra-estruturas de transporte para tornar os bens mais baratos a transportar. Deve reduzir e simplificar os sistemas de tarifa entre um país Africano e o outro. Deve reformar a burocracia excessiva, procedimentos alfandegários embaraçosos, e corrupção por funcionários públicos, onde quer que existam. Deve tornar mais a criação de empresas. Deve aperfeiçoar a integração económica nas comunidades económicas regionais do continente. Os doadores podem ajudar a financiar estas mudanças.

Porém, as nações ricas devem também dismantelar as barreiras que erigiram contra os mercadorias Africanas, particularmente em agricultura. Estas barreiras prejudicam os cidadãos tanto em países ricos como pobres. Devem abolir os subsídios comerciais para sua agricultura e negócios de produtos agrícolas que lhes dão uma desvantagem injusta sobre os agricultores Africanos pobres. Devem baixar as tarifas e outras barreiras não-tarifárias para produtos Africanos, incluindo a proibição da aplicação burocrática de regras de origem que excluem as mercadorias Africanas das vantagens às quais tem direito. E devem demonstrar esta ambição participando das actuais negociações comerciais mundiais rotativas em Doha, de uma maneira que não exija concessões recíprocas das nações Africanas pobres. Atenção cuidada deve ser dada para assegurar que os mais pobres sejam ajudados a tomar vantagem destas novas oportunidades e debelar os impactos de sistema de comércio mundial mais aberto. Deve-se providenciar a África fundos que ajudem-na a se ajustar às novas oportunidades de um regime mundial mudado.

De Onde Virá o Dinheiro: Recursos

Para suportar as mudanças iniciadas em África, precisamos de US\$25 bilhões adicionais por ano em ajuda, para serem implementados até 2010. Os países doadores devem comprometer-se imediatamente a conceder a sua parte. Sujeitos a uma revisão de progresso, posteriormente, teria lugar a segunda etapa, com mais um valor de US\$25 milhões por ano para serem implementados até 2015. Assegurar que o dinheiro seja bem gasto dependerá de dois factores. Primeiro, a boa governação em África deve continuar a avançar. Segundo, os doadores devem aperfeiçoar significativamente a qualidade de a ajuda e como distribuí-la: isto quer dizer, mais doações, mais ajuda previsível e descomprometida, e processos menos onerosos na já forçada administração dos países Africanos. Deve também ser mais bem harmonizada com a ajuda de outros doadores e mais em consonância com as prioridades, procedimentos e sistemas de governos Africanos. Em particular, deve ser dado de modo que os governos sejam, em primeiro lugar, responsáveis pelo seu próprio povo.

Estas mudanças, não são apenas necessárias às nações doadoras individuais, mas também às instituições multilaterais – tanto Africanas como globais. O Banco Africano para o Desenvolvimento precisa ser fortalecido e o papel da Comissão Económica para África aumentado. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial precisam dar maior

prioridade ao desenvolvimento da África. Precisam também ser responsáveis tanto aos seus accionistas como aos seus clientes, e dar a África uma voz mais forte na sua tomada de decisão.

As nações ricas devem comprometer-se a doar 0.7 por cento da sua renda anual em ajuda. Para proporcionar a quantidade decisiva de ajuda necessária agora, a ajuda deve ser canalizada através de uma implementação imediata da facilidade Internacional de Financiamento. Propostas práticas devem ser desenvolvidas para métodos inovadores de financiamento tais como taxas internacionais sobre a aviação, que podem ajudar garantir o financiamento a médio e longo prazo.

Para países pobres da África Sub-sahariana que precisam disto, o objectivo deve ser 100 por cento do cancelamento da dívida tão cedo quanto possível. Isto deverá fazer parte de um pacote de financiamento para estes países – incluindo os excluídos dos programas de dívidas actuais – para alcançar o MDGs (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio), conforme prometido em Monterrey e Kananaskis.

Conclusão

Uma forte acção compreensiva na medida necessária para satisfazer os desafios só pode ser feita através de um novo tipo de parceria. No passado, os enfoques contratuais e condicionais foram tentados e fracassaram. O que sugerimos é um novo tipo de desenvolvimento, baseado no respeito mútuo e solidariedade, e enraizado em análise sadia daquilo que realmente funciona. Isto pode acelerar o processo, baseado nos recentes desenvolvimentos positivos em África, em direcção a um mundo justo do qual a África seja parte integral.